

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM MUNICIPAL EM DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDDCA/SP REALIZADA AOS 07 DE JUNHO DE 2004.

Aos sete dias do mês de junho de 2004, às 19 horas, sob convocação da Comissão Executiva deste Fórum, reuniram-se na Câmara Municipal de São Paulo, os participantes constantes em xerocópia da lista de presença anexa.

Isis inicia lembrando da reunião ordinária de 03/7/04, das 9h00 às 13h00 na Câmara Municipal com Eleição da Nova Executiva do FMDDCA/SP.

Em seguida foi feita a avaliação da Eleição CMDCA/SP 2004, com observações sobre o processo eleitoral, informes e poderações:

Lourival propõe que o Fórum faça um relato referente ao ocorrido no CMDCA/SP e que o mesmo seja também divulgado para UNICEF e UNESCO.

Norma fala das irregularidades nas inscrições dos eleitores e em relação à Assembléia ressalta que houve desorganização, o som foi precário e houve tumulto nas cabines e em cima dos mesários.

Hilda coloca que o atendimento foi inadequado e muita gente foi embora, os organizadores não falavam a mesma linguagem, inscrições não foram computadas na comissão Eleitoral, o processo foi desorganizado, o som foi precário e faltou estrutura física. Solicita ainda manifestação de repúdio denunciando a falta de respeito com a população.

Lourival diz que já previa que fosse desse jeito e que, o Governo foi alertado pelo Fórum que o processo eleitoral seria inadequado. E questiona: O que se quer com esse protesto? Como na eleição dos Conselhos Tutelares lembra que houve campanhas livremente. Reforça que o espaço físico foi inadequado e propõe que seja oferecido o testemunho para a mídia e também para UNESCO, UNICEF e CONANDA. Ressalta que a política deve estar voltada para a criança e adolescente. Enfatiza também que o Ministério Público se mostrou omissivo à questão.

Rita coloca que havia muita gente e que a Executiva já discutia esse processo. Reforça que o Fórum deve acompanhar e fiscalizar o Conselho. E questiona como fazer para nos articular com esses segmentos e ter claro o papel da Sociedade civil, lembrando que agora amplia-se a sociedade Civil no processo. O que as pessoas entendem por Democracia Participativa e o que cada candidato pensa sobre o seu papel no Conselho? Ressalta que o ofício do Fórum foi encaminhado e protocolado, mas não houve a abertura para discussão.

Therezinha Helena que esteve na apuração das irregularidades e recebimento de denúncias no dia da eleição, elenca somente algumas das irregularidades, sendo também favorável na construção de um histórico do CMDCA/SP e encaminhamento para outras instâncias: Não foi previsto o local para acomodar as pessoas, não havia regimento (não foi fixado), divulgação inadequada ou inexistente, muitos suplentes não terão especialidade da área, pois não conhecem o segmento, simplesmente ocuparão o lugar tendo 2 anos para aprender, as universidades não são conectadas com isso e deve-se mandar um ofício orientando, no segmento de trabalhadores houve o anúncio da renúncia (comentou-se sobre o histórico do sindicato), o representante da OAB não compareceu (comissão da criança não é prioridade), o ofício do Fórum foi desconsiderado (só leram) após regimento interno imposto pelo Governo, não houve consulta à Comissão e não foi aprovado, Promotor não podia deixar a mesa e o microfone (sumiu), a Mesa não podia ser desfeita, não houve encerramento do pleito e iniciou-se a votação na fala de um dos candidatos.

José Roberto coloca que a UNESCO e UNICEF são responsáveis pelo gerenciamento daquilo que é relacionado à criança e adolescente. Não se deve pedir apoio pois são organizados com estruturas internacionais. Diz ainda que o CONANDA tem a responsabilidade de dar diretrizes, sendo interessante, mesmo assim, provocar as várias questões, inclusive a do processo eleitoral. Em relação às Universidades diz que somente a PUC sabia do processo. Considera desgastante o processo e diz que já se previa, vendo autoridades referendando as posições do Governo e o Ministério Público colocando "panos quentes". Sugere Comissão para fazer documento em nome do FMDDCA/SP com uma notificação para o Ministério Público e com cópia para o Promotor Geral, denunciando todos os fatos ocorridos.



princípios. Recomenda que isso seja feito com o CONANDA, UNESCO, UNICEF e Anistia Internacional.

Ísis mediante a insatisfação dos membros, propõe que, diante das falas opta-se pela construção de um documento com histórico e retrospectiva do processo atual e uma perspectiva tendo em vista 2006. (mudança de decreto).

Sendo deliberada a proposta foi formada a Comissão de Redação do documento ("dossiê"): Lourival, José Roberto com a contribuição da Therezinha Helena. Para o conteúdo do documento alguns membros do Fórum fornecerão o material: Ísis, Mauro e Dora. O prazo para referendo é dia 07/6/04. No dia 21/6/04, na Câmara Municipal, às 19h00, será feita a apreciação de "dossiê" para destaques, além da discussão dos critérios e perfis dos Conselheiros do COT com indicação de dois nomes posteriormente.

Mauro questiona se não será feita alguma manifestação do Fórum contra as irregularidades.

Lourival acha necessário remeter denúncias das irregularidades.

Após discussões fica deliberado que Mauro fará a versão preliminar da Carta Aberta II à população, enviará via e-mail para o Carlos e o mesmo socializará com a Executiva para destaques, inclusões ou exclusões. E após liberação será colocada na rede da capital. O teor girará em torno da estrutura física, manipulação, democracia participativa violada e o tumulto ocorrido.

Para os informes finais: Therezinha Helena fala sobre indeferimento do ofício encaminhado pelo Fórum ao Ministério Público, referente à validade da eleição. Tal indeferimento foi feito pelo Juiz da Infância e da Juventude, Adalberto José Queirós Telles de Camargo Aranha Filho. E fala ainda da Prestação de Contas do CMDCA por parte do Governo, no Auditório da Secretaria da Cultura, dia 09/6/04, às 10h00. enfatizando a importância da presença nessa audiência. Informa ainda que no dia 14/6/04 será a Instalação do Pró-Conselho Brasil que é um programa de instalação dos Conselhos da Criança e do Adolescente em Brasília, será realizado no salão negro às 16h00.

Ísis informa que será feito o Registro do Regimento Interno do FMDDCA/SP e Therezinha Helena fez a doação de R\$ 100,00 que foram entregues para a mesma.

Flor ressalta que os conselheiros João, de Perus, e Iracilda, da Freguesia e Brasilândia estão fazendo pesquisas com as empresas de ônibus para ir à Brasília e informa que no dia 17/6/04 ocorrerá uma plenária na Câmara, às 18h30, contra a redução da Maioridade Penal.

Marilú informa que não há quorum na Comissão da Criança e do Adolescente na Câmara. Questiona o porque e fala que a Comissão não está se reunindo.

Terminadas as colocações, Ísis encerra a reunião e, eu, Carlos Nambu, secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, foi aprovada. E para que se produzam os efeitos legais, assino-a acompanhado da Comissão Executiva do Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

